

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO MARANHÃO
UNICEUMA
COORDENADORIA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

PROF.^a CONCEIÇÃO DE MARIA MOURA FERREIRA

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

São Luís

2008

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	02
2 CONHECIMENTO.....	03
2.1 Conhecimento empírico ou senso comum.....	04
2.2 Conhecimento teológico.....	05
2.3 Conhecimento filosófico.....	06
2.4 Conhecimento científico.....	07
3 CIÊNCIA.....	09
4 DEMARCAÇÃO CIENTÍFICA.....	10
5 TRABALHOS ACADÊMICO-CIENTÍFICOS.....	11
5.1 Resumo.....	11
5.2 Artigo científico.....	14
5.3 Trabalho de graduação ou acadêmico, Projeto de pesquisa e Monografia.....	17
5.4 Relatório de estágio.....	28
6 TIPOS DE PESQUISA.....	33
7 ENFOQUES TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	37
7.1 Positivismo.....	38
7.2 Materialismo dialético.....	39
7.3 Fenomenologia.....	41
REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

O ingresso na vida universitária representa um novo patamar a ser alcançado na esfera do conhecimento científico. O domínio do saber, dos métodos e das técnicas é uma exigência do ensino superior para vencer o superficialismo e a falta de rigor científico na produção e socialização do conhecimento. Isso significa que, a partir de então, o aluno dará início a uma nova etapa de estudos e pesquisas que resultarão em sua formação profissional ou especificação científico-acadêmica.

Nesse sentido, este documento tem como objetivo principal preparar os alunos de graduação do Centro Universitário do Maranhão – UNICEUMA para a elaboração de trabalhos científicos, bem como contribuir para o aprendizado acadêmico durante toda a sua trajetória na busca do conhecimento, permitindo o exercício de práticas essenciais à atividade científica: a busca, o registro e o uso do saber já acumulado e disponível para propósitos próprios de construção do conhecimento.

Pretende-se com a apostila favorecer e estimular a produção escrita do aluno, baseada no rigor metodológico que confere veracidade e cientificidade aos métodos e às técnicas de investigação, bem como aos seus resultados.

Assim, a apostila de metodologia científica apresenta conceitos e teorias que envolvem a temática da disciplina como: tipos de conhecimento, ciência, métodos e tipos de pesquisa e as principais correntes teóricas. O documento aborda também sobre apresentação escrita e as características do texto técnico-científico.

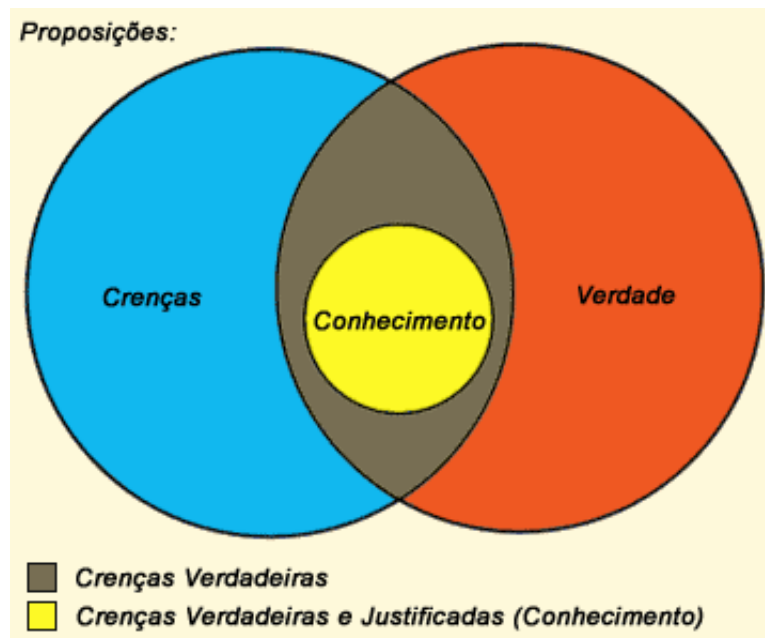
Todas as orientações para a formatação e uniformização dos trabalhos acadêmicos estão apresentadas e seguem os critérios da ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas, através das Normas Brasileiras Regulamentadoras - NBR s 6.023 (Referências) e 10.520 (Citações), como aqueles definidos pelo UNICEUMA.

Espera-se que, no processo pela busca do saber, aluno e professor possam estabelecer uma cumplicidade valorizada por curiosidade, motivação e exigência, propiciando a finalidade principal do ensino universitário: o exercício da crítica na pesquisa, no ensino e na extensão.

2 CONHECIMENTO

A preocupação em conhecer e explicar a natureza é uma constante desde os primórdios da humanidade. Ao analisar a palavra francesa para conhecer, tem-se *connaissance*, que significa nascer (*naissance*) com (*con*), logo se conclui que o conhecimento é passado de geração a geração, tornando-se parte da cultura e da história de uma sociedade.

Para conhecer, os homens interpretam a realidade e colocam um pouco de si nesta interpretação, assim, o processo de conhecimento prova que ele está sempre em construção, visto que para cada novo fato tem-se uma análise nova, impregnada das experiências anteriores.



Segundo Ruiz (1996) entre todos os animais, os seres humanos, são os únicos capazes de criar e transformar o conhecimento; os únicos capazes de aplicar o que aprendem, por diversos meios, numa situação de mudança do conhecimento.

Dessa forma, a busca pelo entendimento de si e do mundo ao seu redor, levou o homem a trilhar caminhos variados, que ao longo dos anos constituíram um vasto leque de informações que acabaram por constituir as diretrizes de várias sociedades.

Algumas dessas informações eram obtidas através de experiências do cotidiano que levavam o homem a desenvolver habilidades para lidar com as situações do dia a dia. Outras vezes, por não dominar determinados fenômenos, o

homem atribuía-lhes causas sobrenaturais ou divinas, desenvolvendo um conhecimento abstrato a respeito daquilo que não podia ser explicado materialmente.

Em geral, fala-se que uma pessoa tem um certo conhecimento (ou está ciente) quando detém alguma informação ou saber com relação a algum aspecto da realidade. Por exemplo, segundo Carvalho (2000, p.01):

Uma boa cozinheira, possui um conhecimento sobre culinária, assim como um engenheiro sobre os possíveis modos de construção de uma casa. No sentido mais geral da palavra ciência, os dois podem e devem ser considerados sábios. No entanto, não se pode dizer que o conhecimento que os dois apresentam seja do mesmo tipo. Tanto o modo como cada um deles veio a aprender o que sabe hoje como a natureza do conhecimento aprendido são diferentes. Assim, por exemplo, a cozinheira, que aprendeu seu ofício com sua mãe, pode fazer bolos muito bem, mas dificilmente saberá explicar o motivo pelo qual o fermento faz o bolo crescer. Já o engenheiro, que freqüentou uma universidade, deverá saber apresentar as causas relacionadas, por exemplo, à queda de uma casa.

Verifica-se, portanto, que existem várias formas de se conhecer ou de se abordar a realidade, com o objetivo de conhecê-la melhor ou de explicá-la.

De acordo com Lakatos e Marconi (2000) são quatro as formas de se conhecer, ou seja, quatro tipos básicos de conhecimento: empírico ou senso comum, teológico, filosófico e científico.

2.1 Conhecimento empírico ou senso comum

O conhecimento empírico é também chamado de conhecimento popular ou comum. É aquele obtido no dia a dia, independentemente de estudos ou critérios de análise. Foi o primeiro nível de contato do homem com o mundo, acontecendo através de experiências casuais e de erros e acertos.

Segundo Galliano (1986, p.36) “[...] resulta de repetidas experiências casuais de erro e acerto, sem observação metódica, nem verificação sistemática. Pode também resultar de simples transmissão de geração para geração e, assim, fazer parte das tradições de uma coletividade”.

É um conhecimento superficial, onde o indivíduo, por exemplo, sabe que nuvens escuras é sinal de mau tempo, contudo não tem idéia da dinâmica das massas de ar, da umidade atmosférica ou de qualquer outro princípio da climatologia. Enfim, ele não tem a intenção de ser profundo, mas sim, básico.

Nesse sentido, Ruiz (1996, p.23) conceitua o conhecimento empírico como: “[...] é o modo comum, espontâneo, pré-crítico de conhecer. É o conhecimento do povo que atinge os fatos sem lhes inquirir as causas”.

Portanto, o conhecimento do tipo senso comum, produz informações sobre a realidade. No entanto, tais informações normalmente se prendem aos seus objetivos mais imediatos, ou seja, não se preocupa em saber as razões ou as causas dos fenômenos, como é o caso da cozinheira do exemplo dado por Carvalho (2000), para ela não importa o motivo o qual o fermento faz o bolo crescer, o que importa é que ele garante um bolo fofinho e com uma aparência apetitosa, garantindo assim, os elogios esperados.

O conhecimento empírico ou senso comum fundamenta-se, nas informações adquiridas na convivência familiar e social e, portanto, possui as seguintes características: **valorativo** (vivência e emoção da vida cotidiana); **assistemático** (baseia-se nas experiências próprias do sujeito cognoscente que aprende o objeto conhecido, não possuindo um sistema organizado de idéias); **verificável** (pode ser percebido na vida diária); **falível e inexato** (conforma-se com a aparência e com o que ouviu dizer sobre o objeto). (Ver texto 01 – O senso comum).

2.2 Conhecimento teológico

É o conhecimento relacionado ao misticismo, à fé, ao divino, ou seja, à existência de um Deus, seja ele o Sol, a Lua, Jesus, Maomé, Buda, ou qualquer outro que represente uma autoridade suprema.

O Conhecimento teológico, de forma geral, encontra seu ápice respondendo aquilo que a ciência não consegue responder, visto que ele é incontestável ou dogmático, já que se baseia na certeza da existência de um ser supremo (Fé).



Os Conhecimentos ou verdades teológicas estão registrados em livros sagrados, que não seguem critérios científicos de verificação e são revelados por seres iluminados como profetas ou santos, que estão acima de qualquer contestação por receberem tais ensinamentos diretamente de um Deus.

Segundo Gonçalves (2005) o conhecimento teológico ou religioso apresenta as seguintes características: valorativo (doutrinas que contêm proposições sagradas); **inspiracional** (reveladas pelo sobrenatural); **dogmático ou infalível** (pressupostos indiscutíveis e exatos, verdades absolutas); **sistemático** (conhecimento organizado do mundo-origem, significado, finalidade e destino); **não verificável** (o conhecimento revelado implica uma atitude de fé).

2.3 Conhecimento filosófico

A palavra Filosofia surgiu com Pitágoras através da união dos vocábulos *PHILOS* (amigo) + *SOPHIA* (sabedoria) (RUIZ, 1996, p.111). Os primeiros relatos do pensamento filosófico datam do século VI a.C., na Ásia e no Sul da Itália (Grécia Antiga).

A filosofia não é uma ciência propriamente dita, mas um tipo de saber que procura desenvolver no indivíduo a capacidade de raciocínio lógico e de reflexão crítica, sem delimitar com exatidão o objeto de estudo. Dessa forma, o conhecimento filosófico não pode ser verificável, o que o torna sob certo ponto de vista, infalível e exato.



Apesar da filosofia não ter aplicação direta à realidade, existe uma profunda interdependência entre ela e os demais níveis de conhecimento. Essa relação deriva do fato que o conhecimento filosófico conduz à elaboração de princípios universais, que fundamentam os demais, enquanto se vale das informações empíricas, teológicas ou científicas para prosseguir na sua evolução.

Para Gonçalves (2005) o conhecimento filosófico possui as seguintes características: **valorativo** (suas hipóteses não são submetidas à observação); **não verificável** (suas hipóteses não podem ser confirmadas e nem rejeitadas); **sistemático** (suas hipóteses e enunciados visam uma representação coerente da realidade estudada); **reflexivo** (busca a reflexão sobre a origem, o presente e o futuro da humanidade).

2.4 Conhecimento científico

A ciência é uma necessidade do ser humano que se manifesta desde a infância. É através dela que o homem busca o constante aperfeiçoamento e a compreensão do mundo que o rodeia por meio de ações sistemáticas, analíticas e críticas.

Ao contrário do empirismo, que fornece um entendimento superficial, o conhecimento científico busca a explicação profunda do fenômeno e suas inter-relações com o meio.

Nesse sentido, Carvalho (2000, p.03) comenta que:

Em primeiro lugar, a ciência não é imediatista, não se contenta com informações superficiais sobre um aspecto da realidade, mesmo que esta informação seja útil de alguma maneira (por exemplo, saber que o fermento faz o bolo crescer é proveitoso para a cozinheira, mas não é um conhecimento suficiente para a ciência). Na verdade, a ciência pretende ser

crítica, isto é, busca estar sempre julgando a correção de suas próprias produções. Aliás, este é o sentido da palavra crítica, de origem grega (kritikós).

Diferentemente do filosófico, o conhecimento científico procura delimitar o objeto alvo, buscando o rigor da exatidão, que pode ser temporária, porém comprovada. Deve ser provado com clareza e precisão, levando à elaboração de leis universalmente válidas para todos os fenômenos da mesma natureza. Ainda assim, ele está sempre sob júdice, podendo ser revisado ou reformulado a qualquer tempo, desde que se possa provar sua ineficácia. É produzido pela investigação científica e através dos seus métodos. A procura surge não só da necessidade de encontrar soluções para problemas da vida diária, mas também do desejo de fornecer teorias que possam ser testadas e criticadas, por meio de provas empíricas, portanto, pode-se dizer que o que o senso comum é o motor do conhecimento científico. Na verdade, a observação da realidade é o ponto de partida para qualquer teoria ou investigação.



Verifica-se, portanto que o conhecimento científico lida com ocorrências ou fatos, isto é, com toda forma de existência que se manifesta de algum modo, estando pautado nas características relacionadas a seguir: **contingente** (suas proposições ou hipóteses têm sua veracidade ou falsidade conhecida por meio da experimentação e não apenas da razão); **sistemático** (saber ordenado logicamente, formando um sistema de idéias [teoria] e não conhecimentos dispersos e desconexos); **verificabilidade** (suas hipóteses são verificáveis – observação/experimentação para comprovação ou refutação); **falível** (verdades não definitivas e/ou absolutas); **aproximadamente exato** (novas proposições e

desenvolvimentos de técnicas podem reformular o acervo de teoria existente). (GONÇALVES, 2005). Ver texto-02 – Conhecimento científico.

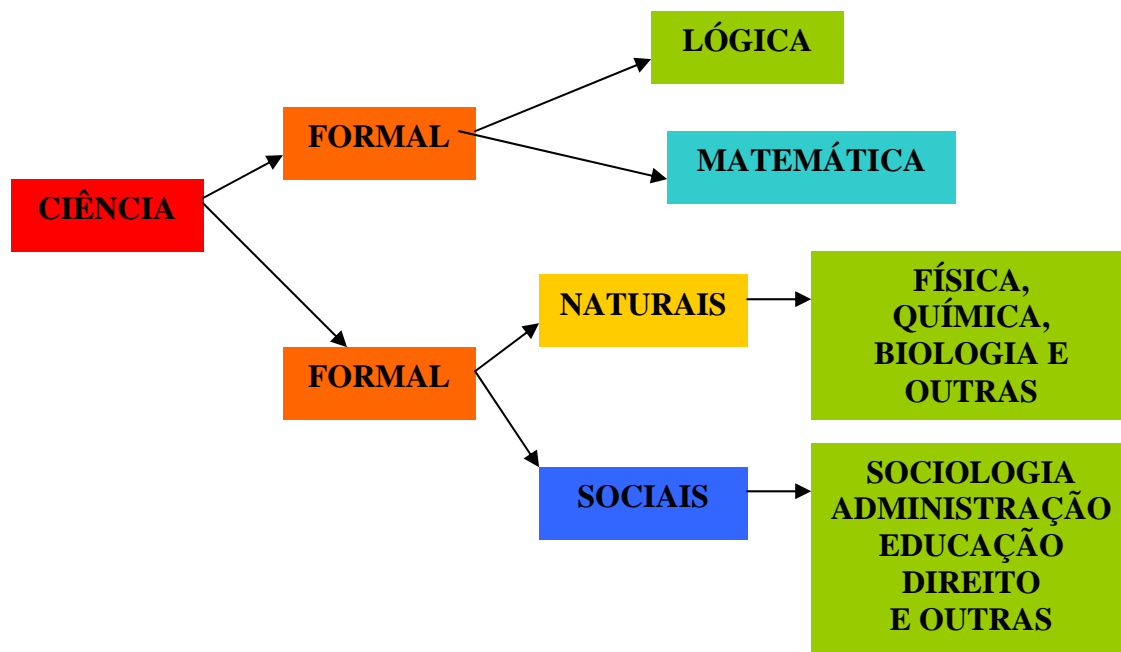
3 CIÊNCIA

Segundo Lakatos e Marconi (1991, p.31) ciência é “Um conjunto de conhecimentos racionais, certos ou prováveis, obtidos metodicamente, sistematizados e verificáveis, que fazem referência a objetos de uma mesma natureza”.

Pode-se, então, afirmar que ciência é um conjunto de informações sistematicamente organizadas e comprovadamente verdadeiras a respeito de um determinado tema. Contudo existem muitas maneiras de pensar, de organizar e de comprovar os estudos, dependendo do caminho que se segue (método).

Os objetivos da ciência podem ser apresentados como a melhoria da qualidade de vida intelectual e vida material. Para o alcance dos objetivos, são necessárias novas descobertas e novos produtos.

A ciência se divide em: formais (estudo de idéias) e factuais (estudo de fatos):



Os princípios da ciência podem ser classificados como: nunca absoluto ou final, pode ser sempre modificado ou substituído; a exatidão nunca é obtida integralmente, mas sim, através de modelos sucessivamente mais próximos; é um conhecimento válido até que novas observações e experimentações o substituam.

A complexidade do Universo e a diversidade dos fenômenos e de suas manifestações, aliados à necessidade do homem de entendê-los, leva ao surgimento de diversos ramos de estudo e ciências específicas. A classificação e divisão destes se dão de acordo com seu: conteúdo, objeto ou temas, diferença de enunciados e metodologia empregada.

Para se fazer ciência é necessário que se utilize a pesquisa científica com o objetivo de se conseguir os dados necessários ao estudo de um fenômeno da realidade. Para realizá-la, entretanto, deve-se seguir a metodologia científica. É na metodologia que se define os tipos de pesquisa a serem utilizados, o universo e a amostra, o método e os instrumentos de coleta utilizados. Acrescentam-se, ainda, as regras de apresentação e formatação dos trabalhos científicos que, no Brasil, são regidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Nesse sentido, a Metodologia do trabalho Científico, torna-se uma disciplina norteadora da produção científica universitária. Ver texto 03- O que é metodologia científica?.

4 DEMARCAÇÃO CIENTÍFICA

A preocupação da demarcação científica é identificar as características únicas e essenciais da ciência, separando-a de outras atividades consideradas não científicas tais como: religião, arte, política, folclore e principalmente a ideologia.

Ideologia é um termo usado no senso comum contendo o sentido de "conjunto de idéias", pensamentos, doutrinas e visões de mundo de um indivíduo ou de um grupo, orientado para suas ações sociais e, principalmente, políticas.

A origem do termo ocorreu com Destruitt Tracy, que criou a palavra e lhe deu o primeiro de seus significados: ciência das idéias. Posteriormente, esta palavra ganharia um sentido pejorativo quando Napoleão chamou De Tracy e seus seguidores de "ideólogos" no sentido de "deformadores da realidade.

Karl Marx iria desenvolver uma teoria da ideologia concebendo-a como uma forma de falsa consciência cuja origem histórica ocorre com a emergência da

divisão entre trabalho intelectual e manual. É a partir deste momento que surge a ideologia, derivada de agentes sociais concretos (os ideólogos ou intelectuais), que autonomizariam o mundo das idéias e assim inverteriam a realidade.

A dimensão ideológica do discurso pode tanto transformar quanto reproduzir as relações de dominação. Para Marx, essa dominação se dá pelas relações de produção que se estabelecem e as classes que estas criam numa sociedade. Por isso, a ideologia cria uma “falsa consciência” sobre a realidade que visa a reforçar e perpetuar essa dominação.

Já para Gramsci, a ideologia não é enganosa ou negativa em si, constituindo qualquer ideário de um grupo de indivíduos.

Mesmo quando amplos setores da população de um país ficam reduzidos a uma situação de miséria material e espiritual, mergulhados nas formas mais empobrecidas e limitadas do "senso comum", não se deve perder de vista o fato de que eles continuam a ser integrados por sujeitos humanos.

Nos *Cadernos do Cárcere* se lê a observação feita a respeito da situação intelectual do "homem do povo", que não sabe contra-argumentar em face de um "adversário ideologicamente superior", não consegue sustentar e desenvolver suas próprias razões, mas nem por isso adere ao ponto de vista do outro, porque se identifica solidariamente com o grupo a que pertence.

Segundo Gramsci a ideologia é identificada como distinta da estrutura e afirma que, não são as ideologias que mudam a estrutura, como afirmava Marx, mas, ao contrário, é a estrutura que muda as ideologias.

5 TRABALHOS ACADÊMICO-CIENTÍFICOS

Existem diversos tipos de trabalhos acadêmicos e/ou científicos. Pode-se citar, dentre eles, os seguintes tipos: Resumo; Resenha; Artigos Científicos; Trabalho de Graduação ou Acadêmico; Trabalho de Conclusão de Curso ou Monografia e Relatório de estágio.

5.1 Resumo

Resumir é apresentar de forma breve, concisa e seletiva um determinado conteúdo. Isto significa reduzir a termos breves e precisos a parte essencial de um

tema. Saber fazer um bom resumo é fundamental no percurso acadêmico de um estudante em especial por lhe permitir recuperar rapidamente idéias, conceitos e informações com as quais ele terá de lidar ao longo de seu curso.

Em geral um bom resumo deve ser:

- Breve e conciso: no resumo de um texto, por exemplo, devemos deixar de lado os exemplos dados pelo autor, detalhes e dados secundários
- Pessoal: um resumo deve ser sempre feito com suas próprias palavras. Ele é o resultado da sua leitura de um texto
- Logicamente estruturado: um resumo não é apenas um apanhado de frases soltas. Ele deve trazer as idéias centrais (o argumento) daquilo que se está resumindo. Assim, as idéias devem ser apresentadas em ordem lógica, ou seja, como tendo uma relação entre elas. O texto do resumo deve ser compreensível.

O resumo tem várias utilizações. Isto significa também que existem vários tipos de resumo. Em geral se encontra resumos como parte de uma monografia, antes de um artigo, em catálogos de editoras, em revistas especializadas, em boletins bibliográficos, e outros. Por isso, antes de fazer um resumo deve-se saber a que ele se destina, para saber como ele deve ser feito. Em linhas gerais, costuma-se dizer que existem três tipos usuais de resumo: o resumo indicativo, o resumo informativo e o resumo crítico (ou resenha).

5.1.1 Resumo indicativo

Este tipo de resumo apenas indica os pontos principais de um texto, sem detalhar aspectos como exemplos, dados qualitativos ou quantitativos, e outros. Um bom exemplo deste tipo de resumo são as sinopses de filmes publicadas nos jornais. Ali você tem apenas uma idéia do enredo de que trata o filme.

5.1.2 Resumo informativo

Também conhecido, em inglês, como *abstract*, este tipo de resumo apresenta todas as informações, de forma sintética, das quais o autor lançou mão para criar o texto. Se o texto é o relatório de uma pesquisa, por exemplo, um resumo informativo não diz apenas do que trata a pesquisa (como seria o resumo indicativo),

mas informa as finalidades da pesquisa, a metodologia utilizada e os resultados atingidos. Um bom exemplo disto são os resumos de trabalhos científicos. A principal utilidade dos resumos informativos no campo científico é auxiliar o pesquisador em suas pesquisas bibliográficas. Imagine um pesquisador procurando textos sobre seu tema de pesquisa. Quais ele deve realmente ler? Para saber isso, deve-se procurar um resumo informativo de cada trabalho. Ver Norma ANBT NBR 6028/2003.

Porém, se o resumo informativo for de um livro ou de um texto, o aluno deve apresentar em primeiro lugar de que trata o livro ou texto e as idéias principais, de forma objetiva, concisa e coesa, sem fazer juízo de valor, sendo fiel à idéia do autor.

5.1.3 Resumo crítico ou resenha

Este é, provavelmente, o tipo de resumo que o universitário mais terá de fazer, a pedido dos professores, ao longo do seu curso. O resumo crítico é uma redação técnica que avalia de forma sintética a importância de uma obra científica ou literária.

Quando um resumo crítico é escrito para ser publicado em revistas especializadas, é chamado de Resenha. Ocorre que, por costume, os professores tendem a chamar de resenha o resumo crítico elaborado pelos estudantes como exercício didático. A rigor, só se escreverá uma resenha no dia em que o resumo crítico for publicado em uma revista. Até lá, o que se faz é um resumo crítico.

Mas, não deixam de estarem certos os professores que dizem que resenha não é resumo. A resenha (ou resumo crítico) não é *apenas* um resumo informativo ou indicativo. A resenha pede um elemento importante de interpretação de texto.

Por isso, antes de começar a escrever o resumo crítico deve-se certificar-se de ter feito uma boa leitura do texto, identificando:

1. qual o tema tratado pelo autor?
2. qual o problema que ele coloca?
3. qual a posição defendida pelo autor com relação a este problema?
4. quais os argumentos centrais e complementares utilizados pelo autor para defender sua posição?

Uma vez tendo se identificado todos estes pontos, que devem estar retratados no esquema do texto, tem-se material para escrever metade do resumo crítico. Este material já é suficiente para fazer um resumo informativo, mas, para um resumo crítico, falta a crítica, ou seja, a análise sobre o texto. E o que é esta análise? A análise é, em síntese, a capacidade de relacionar os elementos do texto lido com outros textos, autores e idéias sobre o tema em questão, contextualizando o texto que está sendo analisado. Para fazer a análise, portanto, deve-se certificar-se de se ter:

- informações sobre o autor, suas outras obras e sua relação com outros autores;
- elementos para contribuir para um debate acerca do tema em questão;
- condições de escrever um texto coerente e com organicidade.

A partir pode-se escrever um texto que, em linhas gerais, deve apresentar:

- a) nos parágrafos iniciais, uma introdução à obra resenhada, apresentando o assunto/ tema, o problema elaborado pelo autor e a posição do autor diante deste problema
- b) no desenvolvimento, a apresentação do conteúdo da obra, enfatizando: as idéias centrais do texto, os argumentos e idéias secundárias;
- c) por fim, uma conclusão apresentado sua crítica pessoal, ou seja: uma avaliação das idéias do autor frente a outros textos e autores, uma avaliação da qualidade do texto, quanto à sua coerência, validade, originalidade, profundidade, alcance, e outros.

5.2 Artigo científico

As orientações aqui apresentadas são baseadas na norma da ABNT para apresentação de artigos científicos impressos: a NBR 6022:2003. Essa norma apresenta os elementos que constituem um artigo científico. “Artigo científico é parte de uma publicação com autoria declarada, que apresenta e discute idéias, métodos, técnicas, processos e resultados nas diversas áreas do conhecimento.” (ABNT. NBR 6022, 2003, p. 2).

Para Lakatos e Marconi (1991) os artigos científicos têm as seguintes características:

- a) não se constituem em matéria de um livro;
- b) são publicados em revistas ou periódicos especializados;
- c) permitem ao leitor, por serem completos, repetir a experiência.

Ainda de acordo com as autoras, o artigo científico pode ser:

- a) **Original ou divulgação**: apresenta temas ou abordagens originais e podem ser: relatos de caso, comunicação ou notas prévias.
- b) **Revisão**: os artigos de revisão analisam e discutem trabalhos já publicados, revisões bibliográficas, e outros.

O artigo científico tem a mesma estrutura dos demais trabalhos científicos:

- a) Pré-textual
- b) Textual
- c) Pós-textual

Elementos pré-textuais:

- a) o título e subtítulo (se houver) devem figurar na página de abertura do artigo, na língua do texto;
- b) a autoria: Nome completo do(s) autor(es) na forma direta, acompanhados de um breve currículo que o (s) qualifique na área do artigo;
- c) o currículo: incluindo endereço (e-mail) para contato, deve aparecer em nota de rodapé;
- d) resumo na língua do texto: O resumo deve apresentar de forma concisa, os objetivos, a metodologia e os resultados alcançados, não ultrapassando 250 palavras. Não deve conter citações “Deve ser constituído de uma seqüência de frases concisas e não de uma simples enumeração de tópicos. Deve-se usar o verbo na voz ativa e na terceira pessoa do singular ”ativa”. (ABNT. NBR-6028, 2003, p. 2);
- e) palavras-chave na língua do texto: elemento obrigatório, devem figurar abaixo do resumo, antecedidas da expressão: palavras-chave separadas entre si por ponto, conforme a NBR 6028, 2003, p. 2.

Elementos textuais:

- Introdução - Na introdução deve-se expor a finalidade e os objetivos do trabalho de modo que o leitor tenha uma visão geral do tema abordado. De modo geral, a introdução deve apresentar:
 - a) o assunto objeto de estudo;
 - b) o ponto de vista sob o qual o assunto foi abordado;
 - c) trabalhos anteriores que abordam o mesmo tema;
 - d) as justificativas que levaram a escolha do tema, o problema de pesquisa, a hipótese de estudo, o objetivo pretendido, o método proposto, a razão de escolha do método e principais resultados.” (GUSMÃO; MIRANDA 1997 apud RELATÓRIO..., 2003).
- Desenvolvimento - Parte principal e mais extensa do trabalho, deve apresentar a fundamentação teórica, a metodologia, os resultados e a discussão. Divide-se em seções e subseções conforme a NBR 6024, 2003.
- Conclusão:
 - a) as conclusões devem responder às questões da pesquisa, correspondentes aos objetivos e hipóteses;
 - b) devem ser breves podendo apresentar recomendações e sugestões para trabalhos futuros;
 - c) para artigos de revisão deve-se excluir material, método e resultados.

Elementos Pós-Textuais:

- a) título e subtítulo (se houver) em língua estrangeira;
- b) resumo em língua estrangeira: versão do resumo na língua do texto;
- c) palavras-chave em língua estrangeira: versão das palavras-chave na língua do texto para a mesma língua do resumo em língua estrangeira;
- d) notas explicativas: a numeração das notas é feita em algarismos arábicos, devendo ser única e consecutiva para cada artigo. Não se inicia a numeração em cada página;
- e) referências: Elemento obrigatório constitui uma lista ordenada dos documentos efetivamente citados no texto. (NBR 6023, 2000);

- f) glossário: elemento opcional elaborado em ordem alfabética;
- g) apêndices: Elemento opcional. “Texto ou documento elaborado pelo autor a fim de complementar o texto principal.” (NBR 14724, 2002, p. 2);
- h) anexos: Elemento opcional, “texto ou documento não elaborado pelo autor, que serve de fundamentação, comprovação e ilustração.” (NBR 14724, 2002, p. 2);
- i) agradecimentos e a data de entrega dos originais para publicação.

Indicativo de seção: O Indicativo Numérico da seção precede o título [da seção] alinhado à esquerda. “Não se utilizam ponto, hífen, travessão ou qualquer outro sinal após o indicativo da seção ou de seu título.” (NBR 6024, 2003, p.2).

Fonte: Conforme a NBR 14724, 2002, deve-se usar a fonte 12 para o texto e para as referências. Para as citações longas, notas de rodapé, paginação, legendas das ilustrações e tabelas, usar tamanho menor.

5.3 Trabalho de graduação ou acadêmico, Projeto de pesquisa e Monografia

A atividade de elaboração dos trabalhos científicos estimula conhecer o valor da pesquisa e todos seus benefícios no ambiente universitário; proporciona a aquisição de habilidades específicas de leitura, análise e interpretação de textos e o conhecimento da aplicação das normas técnicas necessárias para apresentação de trabalhos acadêmico-científicos.

Aplicar corretamente as normas no planejamento e apresentação de projetos e trabalhos científicos requer algumas exigências, das quais se faz necessário estabelecer as diferenças entre os diversos tipos de trabalhos. Os trabalhos científicos devem apresentar uma lógica interna; devem expor idéias obedecendo uma coerência entre os tópicos abordados e, no interior destes, um encadeamento lógico de idéias. Assim, em relação aos tipos de trabalhos científicos, podem se destacar o trabalho de graduação ou acadêmico que são produzidos durante o processo de aplicação das disciplinas e aqueles que se constituem do resultado final de determinado curso: o projeto de pesquisa e a monografia.

5.3.1 Trabalho de graduação ou acadêmico

Desenvolvidos durante as disciplinas possuem características distintas e são elaborados de acordo com os interesses e objetivos específicos, conforme orientações de cada docente. De maneira geral podem ser assim descritos:

- a) **Trabalho de revisão bibliográfica:** Consiste no exame/revisão de um conjunto de bibliografias (livros, artigos, documentos, e outros.) escritos sobre determinado assunto, por autores pertencentes a diferentes correntes de pensamento. Tem por objetivo conhecer diferentes especialistas de determinada área do conhecimento e seus diferentes pontos de vista;
- b) **Trabalhos do tipo ensaio:** É um comentário breve, informal e subjetivo, de natureza reflexiva e teórica sobre um tema ou obra. Parte de um pressuposto ou tese que inclui juízo de valor sobre determinado assunto (tese pessoal). Dispensa aparato técnico exterior e domínio de técnicas de pesquisa científica. Exige, sim, cultura e maturidade intelectual, pois procura expor e comprovar pressupostos/teses que defende através de juízos de valor, experiências pessoais e argumentos teóricos.

5.3.2 Projeto de pesquisa

Um projeto de pesquisa é a primeira etapa para obter um conhecimento sistematizado acerca da realidade. É um documento que explicita as ações que serão desenvolvidas ao longo do processo de pesquisa. O projeto é útil ao pesquisador e à equipe para orientar a ação, e ao mesmo tempo para definir qual a temática a ser investigada.

A estrutura do Projeto de pesquisa é a seguinte:

- a) Elementos pré-textuais – Capa, folha de rosto e sumário
- b) Elementos textuais – Introdução; Referencial teórico; Metodologia; Recursos e Cronograma;
- c) Elementos pós-textuais - Referências

Conforme NBR 15287 os elementos que compõem a parte introdutória do projeto de pesquisa são: tema, problema, hipóteses, objetivos e justificativa

(ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005). A descrição de cada um destes elementos serão apresentados a seguir:

Tema

A escolha do tema é a especificação do assunto a tratar no projeto de pesquisa que segundo Salomon (1999) deve significar:

- a) as próprias inclinações e possibilidades de uma questão em meio a tantas surgidas no âmbito de cada objeto científico;
- b) um problema relevante que mereça uma investigação com condições de ser formulado e delimitado tecnicamente em função da pesquisa.

O tema pode ser originado através de leituras em fontes diversas, reflexões pessoais, inquietações surgidas na atividade profissional, participações em eventos científicos, contatos com especialistas, etc.

Para Rudio (1999, p. 89) o tema de pesquisa “[...] é um assunto que se deseja provar ou desenvolver [...]” de forma determinada, precisa, objetiva e não de forma vaga ou geral.

O enunciado do tema não se resume na escolha do assunto, porém na sua caracterização de forma específica e com limites definidos. Rudio (1999, p. 89) afirma que para:

[...] transformar um assunto geral (ainda não convenientemente especificado) num tema de pesquisa, é necessário observarmos a realidade, de maneira cuidadosa e persistente, no âmbito do assunto que pretendemos pesquisar.

Para tanto, torna-se importante levantar qual será o seu campo de observação e suas respectivas unidades de observação e variáveis.

Embora seja importante a definição do tema, a sua adequação deverá ser feita ao longo da pesquisa, podendo ser revisto até chegar ao seu enunciado final, que se constitui como título da pesquisa (RUDIO, 1999).

Problema

A elaboração de um projeto de investigação científica surge de uma questão inquietadora denominada **PROBLEMA**, que é o ponto de partida de uma situação percebida. O problema de pesquisa representa uma questão que nos causa desconforto e que, por conseqüência, exige explicações. Esta situação-problema

surge quando há defasagem entre a concepção ou explicação de um fenômeno social, político, cultural, físico, educacional, etc.

O problema pode surgir através da relação de duas matizes:

- a) teórica – fruto de leituras realizadas que causam dúvidas, despertam curiosidades, chamam a atenção e impulsiona a buscar explicações;
- b) prática – resultado da experiência individual, que se dá a partir da relação que mantemos com o outro e com o mundo.

Definir o problema de pesquisa não é uma tarefa fácil, pois a partir dele dependem os demais elementos da pesquisa (hipóteses, objetivos, justificativa, referencial teórico, metodologia, recursos e cronograma). Entretanto, existem alguns critérios sugeridos por Best (1961 apud RUDIO, 1999), que poderão orientar o pesquisador na formulação do problema, além de servir como indicativo para avaliar se realmente foi bem definido:

- a) Pode ser resolvido através do processo científico?
- b) Apresenta relevância a ponto de justificar a realização da pesquisa?
- c) É original?
- d) É adequado?
- e) Pode chegar a uma conclusão valiosa?
- f) Tenho competência para executar a pesquisa?
- g) Terei tempo suficiente para concluir a pesquisa?

Hipótese(s)

São as possíveis respostas ao problema levantado que antecedem a constatação dos fatos, com características de formulações provisórias, que serão testadas através da análise da evidência dos dados coletados. As hipóteses podem explicar os fatos ocorridos. Podem servir de guia para a pesquisa, pois orientam a busca de outras informações.

Segundo Gil (2002, p. 31), a hipótese “[...] é a proposição testável que pode vir a ser a solução do problema.”

Embora não existam regras para a elaboração das hipóteses, “[...] o [seu] enunciado [...], para ser bem feito, depende da iniciativa e originalidade do pesquisador: cada um escolhe a que julga mais adequada para solucionar o seu problema [...]” (RUDIO, 1999, p. 99).

Objetivos

Os objetivos apresentam-se sob a forma de **geral** e **específicos**. O objetivo geral indica o que se pretende realizar na pesquisa, mas para a sua concretização, apóiam-se nos **objetivos específicos**, os quais indicam o que se pretende realizar em cada etapa da investigação. Estes objetivos devem ser avaliados em cada passo da pesquisa para evidenciar os diferentes níveis de resultado.

Os enunciados dos objetivos iniciam-se com um verbo no infinitivo (ANEXO A) e estabelecem:

- a) quais são as observações a fazer;
- b) quais os fatos analisar;
- c) quais as hipóteses a testar;
- d) qual a metodologia a ser aplicada;

Entretanto, na definição dos objetivos deverão ser levados em consideração os recursos e os meios de que dispõe, o tempo disponível para execução, originalidade, exeqüibilidade e relevância.

Objetivo geral

O objetivo geral explicita os resultados que se pretende alcançar, o que se deseja atingir, tendo em vista os problemas diagnosticados e a ação pretendida. Deve ser formulado de forma ampla, abrangente, relacionado diretamente com o tema do trabalho.

Objetivos específicos

Derivam dos objetivos gerais e explicam, de forma clara e precisa, as ações a serem desenvolvidas para se alcançar o objetivo geral.

Justificativa

São as razões de ordem teórica e prática que justifiquem a realização de pesquisa, demonstrando o valor do objeto de estudo e destacando a relevância do assunto, tanto em termos acadêmicos quanto nos seus aspectos de utilidade social e a viabilidade do tema.

Segundo Roesch (1999, p. 99) “[...] é possível justificar um projeto através de sua importância, oportunidade e viabilidade. Estas dimensões muitas vezes estão interligadas.” Por isso, são importantes as seguintes reflexões:

- a) O que esta pesquisa pode acrescentar à ciência na qual se inscreve? (relevância científica);
- b) O que levou o pesquisador a escolher o tema? (interesse);
- c) Quais são as possibilidades para realizar a pesquisa? (viabilidade).

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico apresenta a visão dos autores estudados em relação ao tema abordado. É o levantamento feito nas principais fontes de informações (livros, periódicos científicos, dissertações, teses, etc.) com o objetivo fundamentar o objeto de pesquisa.

Em relação à construção do referencial teórico Luckesi (2001, p. 183) orienta:

O passo inicial a ser dado nesse momento é buscar e coletar material para a documentação, ilustração e fundamentação de nosso tema. Para isso, guiados pelo plano provisório, devemos proceder da seguinte forma:

1. levantamento bibliográfico: chegar a um listagem do material possível de ser usado. Para tanto, solicitar orientação de entendidos no assunto, ajuda de dicionários, enciclopédias, manuais, catálogos, resenhas em revistas especializadas, bibliografias e bibliotecários.
2. seleção de livros revistas, jornais, capítulos: trata-se de uma prévia escolha do material que deve ser utilizado realmente, pois nem tudo deverá ser necessariamente lido, uma vez que nem tudo interessará devidamente ao tema que pretendemos.
3. leitura para documentação: ler criticamente com a intenção imediata de colher e armazenar informações, idéias, pra o desenvolvimento de nossa reflexão sobre o assunto-tema-problema-hipótese determinado.[...]

O uso das citações no texto é fundamental para apresentar as idéias colhidas de outros autores. Sua apresentação pode ser tanto literal quanto parafraseada. Entretanto, as citações devem figurar no referencial teórico de forma lógica, evitando-se alguns erros cometidos, quando:

- a) o relato constitui-se numa cópia de textos sem a devida estrutura requerida para o texto científico;
- b) há ausência de frases de ligação que facilitam a percepção do leitor no entendimento do texto;
- c) inclui textos sem qualquer ligação com o tema do projeto;
- d) inclui textos que não contemplam a discussão de conceitos-chaves para o tema do projeto;
- e) faltam citações, o que dificultam a distinção daquilo que é redigido pelo autor com paráfrases de outros autores (ROESCH, 1999).

As citações devem ser apresentadas de acordo com a NBR 10520 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). No ANEXO B, são apresentados alguns conectores que podem ser utilizados quando na apresentação das citações e ligação entre parágrafos.

METODOLOGIA

Consiste na descrição detalhada dos caminhos utilizados para alcançar os objetivos, implicando na definição do tipo de pesquisa a realizar, técnicas a utilizar, instrumentos de coleta, organização, tratamento e análise dos dados, além de outros procedimentos próprios a cada sistemática definida.

Tipos de pesquisa

Vergara (2004, p. 46) propõe dois critérios para definição do tipo de pesquisa:

- a) quanto aos fins:
 - exploratória – pesquisa realizada em área que há pouco conhecimento sistematizado,
 - descritiva – expõe características de uma população,
 - explicativa – justifica as razões da existência de alguns fatores,
 - metodológica – refere-se a instrumentos de manipulação da realidade,

- aplicada – objetiva buscar soluções práticas para resolver problemas concretos,
 - intervencionista – interfere na realidade estudada no sentido de modificá-la,
- b) quanto aos meios;
- pesquisa de campo,
 - pesquisa de laboratório,
 - pesquisa documental,
 - pesquisa bibliográfica,
 - pesquisa experimental,
 - estudo de caso.

Universo e amostra

O universo é a totalidade dos elementos que possuem características comuns e a amostra é um grupo de sujeitos selecionados de um grupo maior (população).

Para Gil (2002, p. 121) “Quando [a] amostra é rigorosamente selecionada, os resultados obtidos no levantamento tendem a aproximar-se bastante dos que seriam obtidos caso fosse possível pesquisar todos os elementos do universo.”

Instrumentos de coleta de dados

A definição dos instrumentos de pesquisa segue de acordo com o objeto de estudo. O importante é adequar as técnicas disponíveis às características da pesquisa, sempre tendo em vista que a escolha bem feita dos dados da pesquisa é fundamental para seu desenvolvimento.

Os instrumentos de coleta de dados mais usados são:

- a) questionário - é um dos procedimentos mais utilizados para obter informações, pois seu custo é razoável, apresenta as mesmas questões para todas as pessoas, garante o sigilo, favorece a tabulação das respostas e pode conter questões para atender a finalidades

específicas de uma pesquisa. Pode ser aplicado individualmente ou em grupos, por telefone, ou mesmo pelo correio. Pode incluir questões abertas e fechadas, de múltipla escolha, de resposta numérica, ou do tipo sim ou não;

- b) entrevista - é um método flexível de obtenção de informações qualitativas. Este método requer um planejamento prévio e habilidade do entrevistador para seguir um roteiro com possibilidades de introduzir variações necessárias durante sua aplicação. Em geral, a aplicação de uma entrevista requer um tempo maior do que o de respostas a questionários. Por isso, seu custo pode ser elevado, se o número de pessoas a serem entrevistadas for muito grande. Em contrapartida, a entrevista pode fornecer uma quantidade de informações muito maior do que o questionário. Um dos requisitos para aplicação desta técnica é que o entrevistador possua as habilidades para conduzir o processo;
- c) observação – consiste em perceber as manifestações ocorridas na população-alvo da pesquisa. É um procedimento de custo elevado e difícil de ser conduzido, principalmente quando se estuda tema complexo como o comportamento.

RECURSOS

É o investimento necessário para executar a pesquisa, que pode ser agrupado em :

- a) recursos humanos – são os gastos com pessoal envolvido na elaboração do projeto (digitador, bibliotecário, etc);
- b) recursos materiais – são os recursos utilizados pelo aluno na elaboração do projeto de pesquisa (ex. computadores, impressoras, copiadoras, livros, telefone, fax etc.);
- c) recursos financeiros – estimativa dos gastos que serão feitos com a realização da pesquisa, principalmente quando a pesquisa é financiada por algum órgão ou mesmo para o controle de seus gastos, adequando-os ao orçamento disponível.

Na elaboração da planilha de custos, podem ser colocadas todas as despesas que decorrerão da realização do trabalho, sua natureza e valores. O objetivo é organizar a ação e torná-la economicamente viável.

CRONOGRAMA

O cronograma descreve o tempo necessário para a execução de cada atividade planejada.

Exemplo:

ATIVIDADES	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO	MÊS/ ANO
Levantamento bibliográfico						
Elaboração dos instrumentos para coleta de dados						
Levantamento e análise dos dados						
Redação, digitação e normalização do monografia						
Entrega da monografia						
Defesa da monografia						

REFERÊNCIAS

Conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (2002, p. 1) na NBR 6023:2002: esta norma fixa a ordem dos elementos das referências e estabelecem convenções para transcrição e apresentação de informação originada do documento e/ou outras fontes de informação .

Só devem ser mencionadas nas referências as fontes ou os autores que foram citados no texto. Os documentos consultados, porém não citados, deverão constar de notas de rodapé, não fazendo parte da lista de referências ou serem arrolados em outras listas, denominadas BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA, DOCUMENTOS

CONSULTADOS ou OBRAS CONSULTADAS, as quais devem figurar logo após a lista de referências.

Elementos Essenciais

- a) **Autor:** Último sobrenome, em maiúsculas, seguido do (s) prenomes e outros sobrenomes, abreviado (s) ou não (o formato escolhido deve ser seguido em todo o trabalho). Exceções: nomes espanhóis, que entram pelo penúltimo sobrenome; dois sobrenomes ligados por traço de união, que são grafados juntos; sobrenomes que indicam parentesco como "Júnior", "Filho", "Neto" acompanham o último sobrenome;
- b) **Título:** Em negrito, sublinhado ou itálico Subtítulo: se houver, separado do título por dois pontos, sem grifo;
- c) **Edição:** Indica-se o número da edição, a partir da segunda edição, seguido de ponto e da palavra edição (ed.) no idioma da publicação. Não se anota quando for a primeira; as demais deverão ser anotadas. Assim: 2.ed., 3.ed., etc;
- d) **Local da publicação:** quando há mais de uma cidade, indica-se a primeira mencionada na publicação, seguida de dois pontos. Quando o local não puder ser especificado na publicação, indica-se entre colchetes [S.I.] (*sine loco*);
- e) **Editora:** apenas o nome que a identifique, seguida de vírgula. Quando a editora não puder ser especificada, indica-se entre colchetes [s.n.] (*sine nomine*);
- f) **Data:** Ano de publicação;

Ver Normas ABNT NBR 15287; NBR 14724; NBR 10520; NBR 6022; NBR 6023; NBR 6028.

5.3.2 Monografia

É um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de graduação ou de pós-graduação *latus senso* (*especialização ou MBA*). O objetivo é a divulgação dos dados técnicos obtidos e analisados e registra-os em caráter permanente, proporcionando a outros pesquisadores, fontes de pesquisas fiéis, capazes de

nortear futuros trabalhos de pesquisa e facilitando sua recuperação nos diversos sistemas de informação utilizados. A monografia deve ser um todo sistêmico cujos capítulos são unidades relacionadas pela razão do trabalho. A característica sistêmica da monografia, também, deve ser compreendida como um esgotamento provisório do tema abordado. Deve abordar um objeto delimitado em tema específico de determinada área do conhecimento.

5.3.4 Estrutura do Trabalho acadêmico e da Monografia

A estrutura do trabalho acadêmico da Monografia compreende três partes fundamentais, quais sejam: elementos pré-textuais, elementos textuais e elementos pós-textuais.

Os pré-textuais são as informações que antecedem o texto principal do trabalho, cujos elementos são: capa, folha de rosto, errata (opcional), folha de aprovação, dedicatória (opcional), agradecimentos (opcional), epígrafe (opcional), resumo em português, resumo em língua estrangeira, listas (ilustrações, tabelas, figuras, gráficos, e outros), e sumário.

Os elementos textuais são constituídos pelas partes do trabalho em que é exposto o conteúdo. É a parte principal do trabalho e cujos elementos são: introdução, desenvolvimento, conclusão e recomendações. Estão incluídos aqui a revisão da literatura, os fundamentos teóricos os resultados e respectivas análises.

Os elementos pós-textuais consistem na parte composta pelas referências, glossário (opcional), apêndice (opcional) e anexos (opcional). São elementos relacionados com o texto, porém, para facilitar a leitura e a exposição do conteúdo são apresentados após a parte textual.

Ver Normas ABNT NBR 14724; NBR 10520; NBR 6022; NBR 6023; NBR 6028.

5.4 Relatório de Estágio

É o documento que visa apresentar a descrição do local onde foi realizado o estágio, o período de duração e as atividades desenvolvidas pelo estagiário.

O relatório de estágio compreende: elementos pré-textuais (capa; agradecimentos (opcional); sumário), textuais (introdução, apresentação da

empresa; síntese da carga horária semanal; relatório descritivo; conclusão) e pós-textuais (referências; apêndices e anexos).

5.4.1 Elementos pré-textuais

Consideram-se como elementos pré-textuais: capa; agradecimentos (opcional) e o sumário.

5.4.1.1 Capa (Elemento obrigatório)

É a cobertura externa de papel contendo os seguintes elementos:

- a) nome da Instituição responsável, com subordinação até o nível de autoria (centralizado);
- b) título: título do relatório (centralizado);
- c) subtítulo: RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR ____ (margem direita); preencher no espaço pontilhado o algarismo "I" ou "II", sendo que: "I" representa estágio curricular interno e "II" representa estágio curricular externo
- d) informações referentes ao local e supervisor onde o estágio foi desenvolvido: empresa; setor; período de realização; total de dias; total de horas; nome do supervisor; função; formação profissional
- d) local: da entrega do relatório;
- e) mês - ano: da entrega do relatório.

5.4.1.2 Agradecimento

Iniciar em folha distinta apresentando o título centralizado à margem superior, letra maiúscula, fonte tamanho 12 em negrito. O texto deve iniciar a 2cm abaixo.

O agradecimento pode ser dirigido à empresa pela oportunidade e ao(s) supervisor(es)/orientador(es) da empresa e, nominar aqueles que contribuíram de maneira relevante ao estágio. É um elemento opcional.

5. 4.1.3 Sumário

Iniciar em folha distinta apresentando o título centralizado à margem superior, letra maiúscula, fonte tamanho 12 em negrito. o texto deve iniciar a 2cm abaixo.

Apresenta a enumeração das divisões e seções (capítulos) presentes no relatório, na mesma ordem e grafia que aparece no corpo do trabalho e com a respectiva indicação de página. A palavra sumário deve ser centralizada e sem indicativo numérico, fonte tamanho 12 em negrito.

5.4.2 Elementos textuais

Os elementos que compõem a parte textual do relatório são: introdução; apresentação da empresa; síntese da carga horária semanal; relatório descritivo; conclusão.

5.4.2.1 Introdução

A parte introdutória abre o relatório propriamente dito, devendo ser consideradas sucintamente as seguintes informações:

- importância do estágio para a formação profissional;
- delimitação do estágio realizado, no tempo e espaço, ou seja, informar pontualmente onde o estágio foi realizado e o período utilizado;
- apresentação dos objetivos traçados pelo aluno para o seu estágio;
- organização estrutural do relatório.

5.4.2.2 Apresentação da Empresa (setor)

Iniciar em folha distinta apresentando o indicativo numérico (2), alinhado à margem esquerda, a 3cm de borda superior e o texto deve iniciar 2cm abaixo.

Deverá conter um histórico da empresa e suas principais áreas de atuação. Nos últimos parágrafos, o(a) estagiário(a) deverá apresentar de forma mais detalhada o setor/departamento onde desenvolveu seu estágio.

5.4.2.3 Síntese da Carga Horária Semanal

Iniciar em folha distinta apresentando o indicativo numérico (3), alinhado à margem esquerda, a 3cm de borda superior e o texto deve iniciar 2cm abaixo.

Esta etapa deverá ser relacionada à carga horária das atividades desenvolvidas em ordem semanal, indicando a data e o número de horas trabalhadas em cada período. Ao final de cada página deverão constar as assinaturas do estagiário(a) e do(a) supervisor(a)/orientador(a) do estágio.

5.4.2.3 Relatório Descritivo

Iniciar em folha distinta apresentando o indicativo numérico (4), alinhado à margem esquerda, a 3cm de borda superior e o texto deve iniciar 2cm abaixo.

As atividades desenvolvidas no estágio deverão ser redigidas em **forma de texto** e para melhor organização das informações, pode-se subdividir o texto em subseções.

Na seqüência, o aluno descreverá as atividades desenvolvidas durante o estágio, fundamentando-as com os referenciais teóricos pesquisados.

Ao fazer uso de informações contidas em livros, revistas, sites, etc., deverá citar a fonte (AUTORIA, data) e apresentar a referência completa do material na lista de referências constante no final do relatório.

Faz parte do estágio curricular agregar “valores” – conhecimentos que vão além da técnica, como: aspectos administrativos, filosofia da empresa, relacionamento com pessoas de diferentes níveis sociais e postos de trabalho, aspectos éticos. Enfim, o(a) estagiário deverá aproveitar a oportunidade para observar a “vida da empresa”.

5.4.2.5 Conclusão

Iniciar em folha distinta apresentando o indicativo numérico (5), alinhado à margem esquerda, a 3cm de borda superior e o texto deve iniciar 2cm abaixo.

Descrever sobre a importância do estágio realizado para a sua formação, as dificuldades encontradas na realização do estágio e finalizar com comentários,

apresentando sugestões se achar necessário. Ao final da página deverão constar as assinaturas do estagiário(a), do supervisor(a) e do(a) orientador(a) do estágio.

5.4.3 Elementos pós-textuais

Consideram-se como elementos pós-textuais: referências, apêndices e anexos.

5.4.3.1 Referências

Iniciar em folha distinta apresentando o título centralizado à margem superior, letra maiúscula, fonte tamanho 12 em negrito. O texto deve iniciar a 2cm abaixo. É um elemento obrigatório.

Todas as fontes de informação (livro, revista, fita de vídeo, home - page, CD-ROM, etc.) utilizadas na elaboração do relatório devem ser arroladas alfabeticamente em uma lista, **digitadas em espaço simples**, margeadas à esquerda e separadas entre si por espaço duplo.

Fazer a referência de uma obra significa reunir um conjunto de dados (tais como autoria, título, editora, local e ano de publicação) sobre o documento, que permita identifica-lo de forma única. Essa descrição deve ser elaborada seguindo a normalização nacional descrita na NBR 6023:2002, produzida pela ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas.

5.4.3.2 Apêndices

Todos os documentos **elaborados pelo autor** e que servem para complementar as informações fornecidas no corpo do trabalho podem ser colocados em apêndices.

Os apêndices são identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos e devem ser apresentados no sumário.

5.4.3.3 Anexos

Todos os documentos **não elaborados pelo autor**, mas que servem de fundamentação, comprovação e ilustração podem ser colocados em anexos.

Os anexos são identificados por letras maiúsculas consecutivas, travessão e pelos respectivos títulos e devem ser apresentados no sumário.

6 TIPOS DE PESQUISA

Segundo Köche (1997, p. 121) pesquisar significa identificar uma dúvida que necessite ser esclarecida e construir e executar o processo que apresenta a solução desta, quando não há teorias que a expliquem ou quando as teorias que existem não estão aptas para fazê-lo.

Portanto, pesquisar é descobrir, e assim sendo, é um fato natural a todos os indivíduos. Ruiz (1996, p. 48) considera que pesquisa científica é a realização completa de uma investigação, desenvolvida e redigida de acordo com as normas de metodologia consagradas pela ciência.

Para que uma pesquisa seja considerada científica, ela deve seguir uma metodologia que compreenda uma seqüência de etapas logicamente encadeadas, de forma que possa ser repetida obtendo-se os mesmos resultados. Dessa maneira, os dados obtidos contribuirão para a ampliação do conhecimento já acumulado, bem como para a sua reformulação ou criação.

Existem várias formas de classificar as pesquisas. As formas clássicas de classificação serão apresentadas a seguir, conforme Gil (1991):

- a) Do ponto de vista da sua **natureza** pode ser:
 - Pesquisa Básica: objetiva gerar conhecimentos novos, úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais.
 - Pesquisa Aplicada: objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais.
- b) Do ponto de vista da forma de abordagem do **problema** pode ser:
 - Pesquisa Quantitativa: considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-los e analisá-los. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas

(percentagem, média, moda, mediana, desvio padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.);

- Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

c) Do ponto de vista de seus **objetivos (fins)** pode ser:

- Pesquisa Exploratória: visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Assume, em geral, as formas de Pesquisas Bibliográficas e Estudos de Caso.
- Pesquisa Descritiva: visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Requer o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de Levantamento.
- Pesquisa Explicativa: visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas. Quando realizada nas ciências naturais requer o uso do método experimental e nas ciências sociais, o uso do método observacional. Assume, em geral, as formas de Pesquisa Experimental e Pesquisa Ex-post-facto.

d) Do ponto de vista dos **procedimentos técnicos (meios)** pode ser:

- Pesquisa Bibliográfica: utiliza material já publicado, constituído basicamente de livros, artigos de periódicos e atualmente com

informações disponibilizadas na Internet. Quase todos os estudos fazem uso do levantamento bibliográfico e algumas pesquisas são desenvolvidas exclusivamente por fontes bibliográficas. Sua principal vantagem é possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 1999). A técnica bibliográfica visa encontrar as fontes primárias e secundárias e os materiais científicos e tecnológicos necessários para a realização do trabalho científico ou técnico-científico. Realizada em bibliotecas públicas, faculdades, universidades e, atualmente, nos acervos que fazem parte de catálogo coletivo e das bibliotecas virtuais. (OLIVEIRA, 2002).

- Pesquisa Documental: quando elaborada a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, documentos de primeira mão, como documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações etc., ou ainda documentos de segunda mão, que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa, relatórios de empresas, tabelas estatísticas, etc. (GIL, 1999); e os localizados no interior de órgãos públicos ou privados, como: manuais, relatórios, balancetes e outros.
- Levantamento: envolve a interrogação direta de pessoas cujo comportamento se deseja conhecer acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, chegar as conclusões correspondentes aos dados coletados. O levantamento feito com informações de todos os integrantes do universo da pesquisa origina um censo. (GIL, 1999). O levantamento usa técnicas estatísticas, análise quantitativa e permite a generalização das conclusões para o total da população e assim para o universo pesquisado, permitindo o cálculo da margem de erro. Os dados são mais descritivos que explicativos. (DENCKER, 2000).
- Estudo de Caso: envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento. (GIL, 1999). O estudo de caso pode abranger análise de exame de registros, observação de acontecimentos, entrevistas estruturadas e não-estruturadas ou qualquer outra técnica de pesquisa.

Seu objeto pode ser um indivíduo, um grupo, uma organização, um conjunto de organizações, ou até mesmo uma situação. (DENCKER, 2000). A maior utilidade do estudo de caso é verificada nas pesquisas exploratórias. Por sua flexibilidade, é sugerido nas fases iniciais da pesquisa de temas complexos, para a construção de hipóteses ou reformulação do problema. É utilizado nas mais diversas áreas do conhecimento. A coleta de dados geralmente é feita por mais de um procedimento, entre os mais usados estão: a observação, análise de documentos, a entrevista e a história de vida. (GIL, 1999).

- Pesquisa-Ação: concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (GIL, 1999). Objetiva definir o campo de investigação, as expectativas dos interessados, bem como o tipo de auxílio que estes poderão exercer ao longo do processo de pesquisa. Implica no contato direto com o campo de estudo envolvendo o reconhecimento visual do local, consulta a documentos diversos e, sobretudo, a discussão com representantes das categorias sociais envolvidas na pesquisa. É delimitado o universo da pesquisa, e recomenda-se a seleção de uma amostra. O critério de representatividade dos grupos investigados na pesquisa-ação é mais qualitativo do que quantitativo. É importante a elaboração de um plano de ação, envolvendo os objetivos que se pretende atingir, a população a ser beneficiada, a definição de medidas, procedimentos e formas de controle do processo e de avaliação de seus resultados. (GIL, 1996). Não segue um plano rigoroso de pesquisa, pois o plano é readequado constantemente de acordo com a necessidade, dos resultados e do andamento das pesquisas. O investigador se envolve no processo e sua intenção é agir sobre a realidade pesquisada. (DENCKER, 2000).
- Pesquisa Participante: Pesquisa realizada através da integração do investigador que assume uma função no grupo a ser pesquisado, mas sem seguir uma proposta pré-definida de ação. A intenção é adquirir conhecimento mais profundo do grupo. O grupo investigado tem ciência da finalidade, dos objetivos da pesquisa e da identidade do

pesquisador. Permite a observação das ações no próprio momento em que ocorrem. (DENCKER, 2000). Esta pesquisa necessita de dados objetivos sobre a situação da população. Isso envolve a coleta de informações socioeconômicas e tecnológicas que são de natureza idêntica às adquiridas nos tradicionais estudos de comunidades. Esses dados podem ser agrupados por categorias, como: geográficas, demográficas, econômicas, habitacionais, educacionais, e outros. (GIL, 1996).

- Pesquisa Experimental: quando se determina um objeto de estudo, selecionam-se as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definem-se as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto. (GIL, 1999). A pesquisa experimental necessita de previsão de relações entre as variáveis a serem estudadas, como também o seu controle e por isso, na maioria das situações, é inviável quando se trata de objetos sociais. (GIL, 1996). Esse tipo de pesquisa é geralmente utilizado nas ciências naturais. Exemplo: Analisar os efeitos colaterais do uso de um determinado medicamento em crianças de até 8 anos.
- Pesquisa *Ex-Post-Facto*: quando o experimento se realiza depois dos fatos. O pesquisador não tem controle sobre as variáveis. (GIL, 1999). É um tipo de pesquisa experimental, mas difere da experimental propriamente dita pelo fato de o fenômeno ocorrer naturalmente sem que o investigador tenha controle sobre ele, ou seja, nesse caso, o pesquisador passa a ser um mero observador do acontecimento. Por exemplo: a verificação do processo de erosão sofrido por uma rocha por influência do choque proveniente das ondas do mar. (BOENTE, 2004). Esse tipo de pesquisa é geralmente utilizado nas ciências naturais.

7 ENFOQUES TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A discussão em torno da pesquisa social empírica sempre provocou debates e controvérsias que levaram pesquisadores e pesquisadoras a optar por

diferentes teorias ou quadros de referência para o desenvolvimento de suas análises (entre outros: positivismo; materialismo dialético e fenomenologia).

O positivismo, o materialismo dialético e a fenomenologia são as principais correntes teóricas do pensamento contemporâneo. Basicamente, essas são as três linhas de idéias fundamentais e de extrema importância para estudos nas ciências sociais. Elas servem como guia, pois nos basearemos a partir dos conceitos das mesmas em nossa prática profissional.

7.1 Positivismo

O positivismo foi uma corrente filosófica cujo mentor e iniciador principal foi Auguste Comte, no século XIX. Apareceu como reação ao idealismo, opondo ao primado da razão, o primado da experiência sensível (e dos dados positivos). Propõe a idéia de uma ciência sem teologia ou metafísica, baseada apenas no mundo físico/material. Pregava a cientificação do pensamento e do estudo humanos, visando à obtenção de resultados claros, objetivos e completamente corretos. Os seguidores desse movimento acreditavam num ideal de neutralidade, isto é, na separação entre o pesquisador/autor e sua obra.

Os positivistas crêem que o conhecimento se explica por si mesmo, necessitando apenas seu estudioso recuperá-lo e colocá-lo à mostra.

Não foram poucos os que seguiram a corrente positivista: Auguste Comte, na Filosofia; Émile Durkheim, na Sociologia; Fustel de Coulanges, na História, entre outros, contribuíram para fazer do Positivismo e da cientificação do saber um posicionamento poderoso no século XIX.

A busca desses fatos deve ser feita por mentes neutras, pois qualquer juízo de valor na pesquisa e análise altera o sentido e a verdade própria dos fatos, modificando, pois a própria História.

A cientificação que marcou a época também se espalhou para o campo dos estudos humanos, reduzindo o papel do profissional desse campo para um mero coletor de informações. A implicação de opiniões externas aos sentidos dos fatos históricos alterava a História, na opinião positivista, e eliminava assim sua legitimidade como saber de importância social.

Partindo da idéia de que conhecimento é aquilo que pode ser testado empiricamente, os positivistas determinavam que não podia existir qualquer tipo de

conhecimento elaborado a priori. O positivismo estabeleceu distinção muito clara entre valor e fato. Os fatos eram objeto da ciência. Os valores, como não eram “dados brutos” e apenas expressões culturais, ficavam fora do interesse do pesquisador positivista, pois nunca poderiam construir-se num conhecimento científico.

O positivismo é a corrente teórico-metodológica que se compõe da coleta e análise de dados quantitativos acerca da sociedade. Além da utilização e refinamento das técnicas estatísticas, este se caracteriza pela afinidade com a indução, verificacionismo e incrementalismo, bem como pela neutralidade em relação a valores. Na verdade, o positivismo enfatiza o comportamento concreto do povo, o relacionamento entre setores e os acontecimentos contemporâneos. Os dados empíricos, desta forma, limitam-se aos fatos e relações estatisticamente determinados que são numerosos, repetíveis e mensuráveis.

Independente dos diversos positivismos percebidos e discutidos na história, ser positivista significa adotar procedimentos rigorosos, com os quais se busca evidências através do levantamento e da observação de dados empíricos, para testar hipóteses.

A maioria dos trabalhos de pesquisa em Administração adota uma orientação metodológica positivista. A forma positivista de pensar parte do pressuposto de que existe uma realidade objetiva e um pesquisador à parte desta realidade que busca identificar variáveis capazes de atuar numa organização e estabelecer relações quantificadas entre estas variáveis. Pode-se então dizer que as principais características do positivismo são: se baseia em fatos e dados e; a neutralidade científica.

7.2 Materialismo dialético

Identificam-se trabalhos elaborados de acordo com os princípios do materialismo dialético, que enfatizam os aspectos contraditórios da realidade e a dinâmica entre eles. Tem por base a dialética marxista, que “enfatiza o desenvolvimento através do conflito, o poder das paixões humanas que produzem resultados surpreendentes.

A abordagem tradicional de Marx tem como núcleo o embate entre a classe trabalhadora e o capital e as relações de exploração existentes nesta

estrutura. Novas abordagens teóricas e metodológicas vêm se delineando, como o novo marxismo estrutural e o marxismo analítico. Apesar de diferenças de abordagens entre estas correntes e das críticas feitas a elas pelos marxistas ortodoxos, a área de interseção entre elas é a dos movimentos feministas, ecológicos, pesquisas sobre assuntos ligados a gênero, raça e sexualidade e sobre as relações de classes no capitalismo contemporâneo e preocupações teóricas ligadas à ação coletiva.

A dialética do materialismo é a posição filosófica que considera a matéria como a única realidade e que nega a existência da alma, de outra vida e de Deus. Ambas sustentam que realidade e pensamento são a mesma coisa: as leis do pensamento são as leis da realidade. A realidade é contraditória, mas a contradição supera-se na síntese que é a "verdade" dos momentos superados. Hegel considerava ontologicamente (do grego *onto* + *logos*; parte da metafísica, que estuda o ser em geral e suas propriedades transcendentais) a contradição (antítese) e a superação (síntese). Ou seja, o esquema básico da dialética é dado pela trilogia:

Tese > Antítese > Síntese. Onde:

A tese é o argumento exposto para ser impugnado ou questionado;

A antítese é o argumento oposto à proposição apresentada na tese;

A síntese é uma fusão das proposições anteriores que introduz um ponto de vista superior que passa a ser novamente questionado.

Marx considerava historicamente como contradição de classes vinculada a certo tipo de organização social. Hegel apresentava uma filosofia que procurava demonstrar a perfeição do que existia (divinização da estrutura vigente); Marx apresentava uma filosofia revolucionária que procurava demonstrar as contradições internas da sociedade de classes e as exigências de superação.

A base da sociedade e do próprio homem, para Marx, é o trabalho. É pelo trabalho que o homem se relaciona com a natureza e com os outros homens de forma a produzir sua existência material, incluindo na compreensão de material as formas de organização jurídica, política, artística ou outro tipo qualquer de idéia. As idéias devem ser analisadas a partir da compreensão do modo de produção (economia) que caracteriza um momento histórico de uma sociedade, o que não implica que elas (as idéias) estejam sempre em consonância com a ordem vigente. O próprio pensamento de Marx, surgido no contexto do capitalismo, questiona-o, buscando explicitar suas condições de superação.

A dialética apregoa os seguintes princípios: tudo relaciona-se (*Lei da ação recíproca e da conexão universal*); tudo se transforma (*lei da transformação universal e do desenvolvimento incessante*); as mudanças qualitativas são conseqüências de revoluções quantitativas; a contradição é interna, mas os contrários se unem num momento posterior: a luta dos contrários é o motor do pensamento e da realidade; a materialidade do mundo; a anterioridade da matéria em relação à consciência; a vida espiritual da sociedade como reflexo da vida material.

Na abordagem dialética, os elementos que constituem sua lógica interna ou estrutura são dinâmicos (gênese e história). A ciência é tida como produto da ação do homem (categoria histórica) um fenômeno em contínua evolução inserido no movimento das formações sociais, a produção científica serve de mediação entre o homem e a natureza, o homem como sujeito, veicula a teoria e a prática, o pensar e o agir, num processo cognitivo-transformador da natureza. Esse enfoque crítico parte da necessidade de conhecer a realidade para transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos.

A dialética é aplicada a realidade social, ao ponto de alguns autores a adotarem como postura metodológica específica para essa realidade, não se aplicando a realidade natural uma vez que esta não possui fenômeno histórico subjetivo.

7.3 Fenomenologia

É uma tendência metodológica que surge no início do século XX. Cujo precursor é F. Brentano (segunda metade do século XIX). A elaboração de seus princípios foi feita por E. Husserl, já na primeira metade do século XX. Autores como Sartre, Heidegger, Merleau-Ponty, Schutz, Poiret e Koyré foram influenciados pelo pensamento de Husserl.

Este estudo propõe-se a estabelecer uma base liberta de estereótipos para todas as ciências. Gil (1999, p. 32) coloca que o estudo fenomenológico não é dedutivo – parte de princípios tidos como verdadeiros e possibilita chegar a conclusões em virtude unicamente de sua lógica - e nem empírico, pois ele procura mostrar o que é dado e em esclarecer esse dado, considera o que está presente à consciência. Proporciona a descrição direta da experiência, como ela é. A realidade

não é tida como algo objetivo e passível de ser explicado, ela é interpretada, comunicada e compreendida. Não existe aí uma única realidade.

Segundo Carvalho (2000, p.29):

[...] a fenomenologia afirma que toda consciência é intencional. Em outras palavras, o conhecimento é o resultado da interação entre o que o sujeito observa e o sentido que ele fornece à coisa percebida. Um índio, que nunca tenha tido contato com uma sala de aula, vê uma carteira de madeira e pensa em fazer com ela uma fogueira para espantar o frio; um representante do movimento estudantil, diante do mesmo objeto, usa-o como palanque

Ou seja, é o sistema filosófico que estuda os fenômenos interiores como ontológicos (considerados em si mesmo, independentemente do modo pelo qual se manifesta, caracteriza-se por descrever e classificar o fenômeno no intuito de entender as essências absolutas das coisas, interpretar o sentido das palavras, das leis e dos textos.

A consciência é entendida pela Fenomenologia de Husserl como sendo um “fluxo temporal de vivências”, peculiar, porque é imanente, ou seja, capaz de dar sentido às coisas e de apreender através da intuição aquilo que é universal, já que ela capta a multiplicidade de fatos e a sua essência comum. A fenomenologia husserliana pretende estudar, pois, não puramente o ser, nem puramente a representação ou aparência do ser, mas o ser tal como se apresenta no próprio fenômeno. E fenômeno é tudo aquilo de que podemos ter consciência, de qualquer modo que seja. Outro conceito importante para o entendimento da fenomenologia reside na dinâmica da relação entre o fato e a consciência.

Diferentemente do positivismo, a fenomenologia não admite que existam fatos que por si só garantem a objetividade da ciência. Na verdade, os fatos se constituem a partir dos sentidos conferidos a eles pela consciência. Para a fenomenologia, portanto, não existe fenômeno que não se dê no plano da intencionalidade da consciência.

A fenomenologia tem como objeto de estudo o próprio fenômeno, isto é, as coisas em si mesmas e não o que é dito sobre elas, assim sendo a investigação fenomenológica busca a consciência do sujeito através da expressão das suas experiências internas. A fenomenologia busca a interpretação do mundo através da consciência do sujeito formulada com base em suas experiências.

O método fenomenológico consiste em mostrar o que é apresentado e esclarecer este fenômeno. Para a fenomenologia um objeto é como o sujeito o percebe, e tudo tem que ser estudado tal como é para o sujeito e sem interferência de qualquer regra de observação cabendo a abstração da realidade e perda de parte do que é real, pois tendo como objeto de estudo o fenômeno em si, estuda-se, literalmente, o que aparece. Para a fenomenologia um objeto, uma sensação, uma recordação, enfim, tudo tem que ser estudado tal como é para o espectador.

Os pesquisadores desta orientação freqüentemente trabalham com transcrições de entrevistas e que são cuidadosos na condensação deste material. Evitar-se-ia o uso de codificação, mas trabalhar-se-ia fazendo releituras continuadas nas fontes primárias com cuidados para com suas próprias pressuposições para capturar-se a essência (*o lebenswelt do informante*). Pode-se adicionar que os discípulos da fenomenologia empregam outros métodos que não a leitura de entrevistas transcritas, utilizando também a observação participante. Ver texto 04 – A três correntes teóricas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 15287**: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2005b.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino, **Metodologia da pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Makron, 1996.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas em pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos e resenhas. São Paulo: Atlas, 1991.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágio, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RÚDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 1986.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SERRA NEGRA, Carlos Alberto; SERRA NEGRA, Elizabete Marinho. **Manual de trabalhos monográficos de graduação, especialização, mestrado e doutorado**. São Paulo: Atlas, 2003.

TEIXEIRA, Elizabeth. **Como elaborar um monografia?** Belém: UNAMA, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.